



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

PEDRO HENRIQUE SANTOS DA SILVA

**ESCOLA SEM PARTIDO: FUNDAMENTOS E REPERCUSSÕES NA PRÁTICA
ESCOLAR**

Maceió
2019

PEDRO HENRIQUE SANTOS DA SILVA

**ESCOLA SEM PARTIDO: FUNDAMENTOS E REPERCUSSÕES NA PRÁTICA
ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Federal de Alagoas – UFAL para a obtenção do
título de Pedagogo.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Paz

Maceió
2019

PEDRO HENRIQUE SANTOS DA SILVA

ESCOLA SEM PARTIDO : FUNDAMENTOS E REPERCUSSÕES NA
PRÁTICA ESCOLAR

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 03/05/2019.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva

Comissão Examinadora



Profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva (CEDU/UFAL)



Profa. MSc. Vanessa Sátiro dos Santos (CEDU/UFAL)



Profa. MSc. Edlêne Cavalcanti Santos (CEDU/UFAL)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio, compreensão e o incentivo ao longo dos anos.

À professora Sandra Regina Paz, com admiração e respeito, agradeço as orientações e a sua grande disposição na construção deste trabalho.

A todos os professores que dedicam a sua vida por uma educação mais justa e igualitária.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir acerca do Movimento Escola Sem Partido (ESP), analisando seus fundamentos e repercussões na prática escolar. É de abordagem qualitativa baseada na pesquisa documental e bibliográfica. A fundamentação teórica do estudo ocorre à luz de autores como Paulo Freire (1996), Gaudêncio Frigotto (2016), Moacir Gadotti (2016), Fernando Penna (2017) dentre outros. Como resultados da pesquisa, identificamos que o Movimento Escola Sem Partido sofre grande influência dos setores conservadores da sociedade, especialmente dos evangélicos que tem ganhando expressividade na política brasileira. Constatou-se também, que o Escola Sem Partido está em consonância com a lógica neoliberal de ensino, em que os sistemas escolares devem ofertar apenas uma educação mínima para classe trabalhadora. Entre as repercussões do movimento na prática escolar, estão o cerceamento da liberdade de expressão e criticidade do professor, assim como o incentivo a censura, denunciismo e a criminalização dos docentes. Concluímos, portanto, que o policiamento e criminalização do professor acarretará no engessamento do pensamento crítico do educando e, conseqüentemente, trará de volta um ensino tecnicista e acrítico às escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Escola Sem Partido. Educação. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the Movement School without Party (ESP), analyzing its foundations and repercussions in school practice. It is a qualitative approach based on documental and bibliographic research. The theoretical basis of the study occurs in the light of authors such as Paulo Freire (1996), Gaudêncio Frigotto (2016), Moacir Gadotti (2016), Fernando Penna (2017) and others. As results of the research, we identified that the Movement School without Party is strongly influenced by conservative sectors of society, especially evangelicals that have gained expressiveness in Brazilian politics. It was also observed that the School without Party is in line with the neoliberal logic of education, in which school systems must offer only a minimal education for the working class. Among the repercussions of the movement in school practice, are the curtailing of the freedom of expression and criticality of the teacher, as well as the incentive to censure, denounce and criminalize teachers. We conclude, therefore, that the policing and criminalization of the teacher will lead to the plastering of the critical thinking of the student and, consequently, it will bring back a technical and uncritical teaching to the Brazilian public schools.

Keywords: School without Party. Education. Neoliberalism.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Análise panorâmica sobre o Movimento Escola Sem Partido.....	10
3. A Direita e o Escola Sem Partido.....	15
4. Repercussões do Escola Sem Partido na prática escolar.....	19
5. Considerações Finais.....	25
Referências.....	26

1. Introdução

Vivemos um período sombrio no Brasil. Após o golpe contra a presidente¹ eleita em 2016, a nação brasileira presencia o desmonte das políticas sociais conquistadas historicamente com muitas lutas e resistência pela classe trabalhadora. A exemplo disso, podemos elencar os cortes e congelamento de verbas para a educação, ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários, revogação de leis de proteção a reservas florestais, privatizações, redução de verbas na educação básica e do ensino superior, dentre outras medidas e ações que fragilizam a prerrogativa do direito à educação na condição de política pública de Estado². Ademais, a cada instante, um novo golpe contra os direitos dos brasileiros - em especial da classe trabalhadora - é arquitetado. Lamentavelmente, esses golpes já fazem parte da estrutura política do Brasil, constituindo o seu *modus operandi*³.

Além disso, tem sido premissa dos últimos governos implementar políticas econômicas orientadas pelos organismos internacionais para atender as demandas neoliberais e às exigências mercadológicas. Dessa forma, as ditas “reformas” educacionais visam somente atender as demandas do mercado, não estando voltadas a promover formas concretas de transformação das situações materiais da classe trabalhadora.

Assim, na atual conjuntura, os escândalos políticos e a ascensão da Direita e Ultradireita têm levado a população a um total desencantamento com as instituições públicas. Logo, é claro, tais circunstâncias têm aberto espaço para o crescimento de grupos conservadores; para a disseminação de ideias retrógradas e anacrônicas.

De mais a mais, o Brasil vive um grande retrocesso no livre pensar e na pluralidade das ideias. Setores conservadores e reacionários da nossa sociedade vêm se movimentando e, em nome da moral e bons costumes, têm conseguindo censurar exposições de arte, projetos de leis e livros didáticos. Recentemente, indivíduos que compactuam com certos pensamentos retrógradados fizeram protestos

¹ O processo que deflagrou o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff foi articulado pelos partidos de Direita, contando com apoio da Bancada Evangélica, do grande empresariado, do setor midiático e jurídico. Dilma foi acusada pelas tais “pedaladas fiscais”, mas, como muitos estudiosos apontam, isto foi só um pretexto da oposição para tirá-la do governo. Afinal de contas, posteriormente, foi constatado que a presidente afastada era inocente das acusações.

² Em 2016, o Senado aprovou a PEC 241 ou PEC 55, que prevê o congelamento em investimentos públicos (incluindo a educação) por até 20 anos.

³ Expressão que se refere ao modo usual ou característico de agir de uma pessoa ou de um grupo.

contra a intelectual Judith Butler, conhecida pela sua teoria *queer* sobre gênero e sexualidade.

A exemplo, manifestantes em plena luz do dia queimaram uma boneca representando a filósofa enquanto gritavam "queima bruxa"⁴. Sobre os ataques à Butler, Baliero (2018) afirma que:

A intensa reação à filósofa pode ser explicada pela consolidação de um pânico moral que reflete a oposição a políticas de reconhecimento das diferenças de gênero e sexualidade e à crescente visibilidade das questões sobre diversidade sexual no Brasil. O perigo de Butler, aos olhos de seus detratores, estaria na elaboração de suas teorias de gênero e sexualidade, o que a transformaria na maior representante do que chamam de "ideologia de gênero" (BALIERO, 2018, p. 3).

Este gritante crescimento de setores conservadores, em sua maioria representados por entidades evangélicas, vem ocupando cada vez mais espaços nas instâncias deliberativas do país. O número de políticos evangélicos aumenta a cada eleição, e com isso, tal movimento tem adquirido capilaridade política e interferindo nas políticas sociais, educacionais e econômicas, conforme pode ser observado por meio dos processos eleitorais nos anos de 2015 a 2019.

Para a legislatura de 2015-2019 foram eleitos 75 deputados federais e três senadores publicamente identificados como evangélicos. Reunidos na bancada evangélica, costumam votar coesos quando se trata de certas questões morais lastreadas por interesse religioso comum. A bancada evangélica pode se juntar a escassa parcela de congressistas católicos interessados também em defender pontos de vista de sua religião, formando a chamada bancada da Bíblia, esse estranho conjunto composto por grupos historicamente em pé de guerra entre si (PRANDI E SANTOS, 2017, p.188).

Com a união destes dois grupos religiosos, conseguiu-se, no processo de discussão e aprovação do Plano Nacional da Educação de 2014, retirar a discussão sobre a temática de gênero e sexualidade. Obviamente, como um fragante ataque à construção das condições de igualdade e respeito humano às minorias (LGBTQ+, índios, negros e mulheres).

Em meio a todo esse caos que permeia o atual contexto social, faz-se importante refletir sobre a educação pública que, cada vez mais, tem sofrido com corte de verbas e influências dos pressupostos neoliberais. Nos últimos anos, tem

⁴ Disponível em: < <https://www.noticiasominuto.com.br/brasil/472537/manifestantes-queimam-bonecos-de-judith-butler-em-sao-paulo> > Acesso em: 08/11/2017.

crescido no Brasil um movimento denominado “Escola Sem Partido”, movimento este que tem apregoado pelo não posicionamento dos(as) professores(as) das escolas públicas em temáticas referentes à política, sexualidade, religião e outros temas.

Tal movimento tem se ramificado pelas câmaras legislativas do país, inclusive, com algumas representações parlamentares chegando ao Congresso Nacional. Os defensores do movimento Escola Sem Partido, que possui sua maioria formada por integrantes da Direita - empresariado, políticos e grupos religiosos -, negam o caráter político da educação, defendendo muito claramente uma escola que reproduza o conformismo, a passividade e a acomodação frente aos problemas sociais que nos cerca.

Paulo Freire, importante intelectual brasileiro, está entre os alvos preferenciais dos ataques do Escola Sem Partido. Os simpatizantes deste movimento culpam Freire pelos problemas na educação pública, acusando-o de disseminar “ideias comunistas” nas escolas e universidades públicas. Contudo, muito embora os conservadores procurem difamar e desqualificar a relevância social, política e educacional do autor aqui no Brasil, Paulo Freire tem seu trabalho valorizado e reconhecido em vários países do mundo.

De acordo com Gadotti (2016, p.154) “A Escola Sem Partido é um sintoma de uma sociedade manipulada pelo complexo burguês, midiático, empresarial e religioso, em oposição ao pensamento de Paulo Freire que é hoje um dos educadores mais lidos no mundo”. Logo, estando organicamente ligado aos pressupostos neoliberais, este movimento parte de uma concepção educativa acrítica, que busca naturalizar as desigualdades sociais, mantendo assim o *status quo*⁵.

Isto posto, este artigo é fruto de reflexões provocadas ao longo do curso de graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Isso, pois, ao percebermos o crescente aumento deste movimento, passamos a nos debruçar e pesquisar acerca do assunto. Assim, diante do atual cenário político, no qual muito se questiona a posição crítica e reflexiva dos professores, faz-se importante problematizar acerca das implicações decorrentes deste movimento na organização escolar e na prática dos docentes das escolas públicas. Desta forma, buscaremos responder aos seguintes questionamentos problematizadores: a) quais os

⁵ Expressão utilizada para referir-se ao estado atual das coisas, ou simplesmente manter as coisas como estão.

pressupostos e fundamentos do Movimento Escola Sem Partido?; b) Em que aspectos tais fundamentos repercutem na prática pedagógica das escolas?

Como metodologia, utilizamos a pesquisa documental e bibliográfica. Desse modo, por meio da investigação, foram analisadas informações do site institucional do Escola Sem Partido, assim como alguns projetos de lei baseados neste movimento. Na fundamentação teórica, utilizamos os trabalhos de Paulo Freire (1996), Gaudêncio Frigotto (2016), Moacir Gadotti (2016), Fernando Penna (2016), dentre outros que subsidiaram as discussões sobre a educação e a sociedade capitalista.

Na primeira parte, contextualizamos o surgimento do Escola Sem Partido, seus pressupostos e criação dos projetos de leis elaboradas pelas assembleias legislativas do país. Em seguida, apresentamos os ideários que fundamentam este movimento, e como tais ideias tem encontrado apoio nos setores mais conservadores da nossa sociedade. Por fim, discorreremos como o Escola Sem Partido se liga aos pressupostos neoliberais, bem como com as instâncias e interesses de grupos privados envolvidos neste processo.

Em suma, a partir dos autores citados acima, construímos uma discussão sobre as consequências e repercussões deste movimento para a escola pública e, conseqüentemente, para a prática docente. Em outras palavras, nas próximas seções, faremos uma análise crítica-reflexiva acerca das principais questões que permearam este estudo, ressaltando os impactos que a aprovação de projetos de lei baseado no Escola Sem Partido terá na prática escolar.

2. Análise panorâmica sobre o Movimento Escola Sem Partido.

O Movimento Escola Sem Partido surgiu no ano de 2004, encabeçado pelo advogado Miguel Nagib e, segundo seu idealizador, é “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”⁶.

Tal movimento tem como proposta combater uma suposta “doutrinação” feita pelos docentes das escolas públicas, que usam, segundo Nagib, da sua posição e conhecimento para difundir e espelhar nos estudantes seus valores pessoais e convicções política, ideológica e religiosa. É válido salientar que a centralidade das ações do ESP está num site que atua com os objetivos de veicular as propostas do movimento, receber denúncias contra os professores, além de apresentar modelos de projetos de lei.

Segundo Penna (2017), o discurso do Escola Sem Partido não foi devidamente enfrentado no momento em que ele surgiu. Apesar de ter surgido em 2004, este movimento passou a ganhar forças a partir de 2014. Desde então, 62 projetos de lei (PLs) relacionados ao Movimento Escola Sem Partido tramitaram ou tramitam no Congresso Nacional e nas casas legislativas de pelo menos 12 estados e 23 cidades do Brasil⁷. Sobre os motivos que popularizaram as ideias de tal movimento, Penna (2017) afirma:

[...] utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional. Os memes, imagens acompanhadas de breves dizeres, tem uma grande importância nesse discurso simplista (PENNA, 2017, p. 35).

Na câmara dos deputados federais, foi proposto um projeto de lei que tem a intenção de inserir as ideias do Movimento Escola Sem Partido nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Trata-se do PL nº 867/2015 de autoria do deputado Izalci Lucas. Essa lei, impõe a obrigatoriedade da afixação em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio de um cartaz com os seguintes conteúdos:

1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

⁶ <http://www.escolasempartido.org/>

⁷ Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/projetos-lei-escola-sem-partido/>> Acesso em: 20/03/2019.

2. O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula, nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
5. O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
6. O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro de sala de aula.

Ademais, inspirado nas ideias do Escola Sem Partido, em abril de 2016, foi aprovado na Assembleia Legislativa Estadual de Alagoas, o projeto “Escola Livre” de autoria de Ricardo Nezinho, deputado filiado ao PMDB. Denominado pelos docentes como “Lei da Mordaça”, o projeto visava que, no âmbito do sistema estadual de ensino, fosse vedada a “prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula, bem como a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam induzir aos alunos a um único pensamento religioso, político ou ideológico” (PL nº 7800, 2016, p.1). No artigo 3º do referido projeto, são destacadas as seguintes funções do professor:

- I – não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para qualquer tipo de corrente específica de religião, ideologia ou político-partidária;
- II – não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- III – não fará propaganda religiosa, ideológica ou político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos ou passeatas;
- IV – ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, com a mesma profundidade e seriedade, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas das várias concorrentes a respeito, concordando ou não com elas;
- V – salvo nas escolas confessionais, deverá abster-se de introduzir, em disciplina ou atividade obrigatória, conteúdos que possam estar em conflito com os princípios desta lei (PL nº 7800, 2016, p.1).

Observa-se nos itens citados, que o professor deve manter a “neutralidade” referente a questões política, ideológica e religiosa da sociedade. Em sua página oficial, o deputado justifica a criação dessa lei. Segundo ele:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vem-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes e determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis⁸.

Como podemos ver, na visão do deputado, que se constitui como o representante oficial e tradutor do pensamento liberal, manifesto pelo Escola Sem Partido, os(as) professores(as) são visto como “cooptadores(as)”, que usam da sua posição e conhecimento para difundir nos estudantes seus valores pessoais e convicções política, ideológica e religiosa. Não é a primeira vez que vemos pessoas sem fundamentação teórica, tampouco epistemológica, opinando acerca de temas educacionais. Felizmente, este projeto foi suspenso após liminar concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso, do STF, em março de 2017. Sobre a referida lei, o magistrado afirmou que

A liberdade de ensinar é um mecanismo essencial para provocar o aluno e estimulá-lo a produzir seus próprios pontos de vista. Só pode ensinar a liberdade quem dispõe de liberdade. Só pode provocar o pensamento crítico, quem pode igualmente proferir um pensamento crítico. Para que a educação seja um instrumento de emancipação, é preciso ampliar o universo informacional e cultural do aluno, e não reduzi-lo, com a supressão de conteúdos políticos ou filosóficos, a pretexto de ser o estudante um ser 'vulnerável'. O excesso de proteção não emancipa, o excesso de proteção infantiliza⁹.

Projetos de lei como o de Alagoas, inspiraram vários estados brasileiros como, por exemplo, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, além do Distrito Federal. O Escola Sem Partido tem crescido e angariado muitos adeptos, especialmente aqueles que são contra as discussões relacionadas a gênero e a sexualidade no âmbito escolar. Por conseguinte, devido à grande pressão exercida pelo movimento, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 retirou todos os itens

⁸ <http://ricardonezinho.com.br/conheca-o-projeto-escola-livre-aprovado-pela-assembleia-legislativa/>

⁹ ADI n. 5.537 MC, Relator: Min. Roberto Barroso, julgado em 21 mar. 2017, p. 20; 24)

relacionados à questão de gênero e sexualidade. O mesmo ocorreu com os planos municipais e estaduais de educação. Com relação à marginalização dos temas, Cesar e Duarte (2017) argumentam que,

O gênero, a sexualidade e a diversidade sexual foram transformadas em armas de uma guerra político-moral no contexto da chamada “ideologia de gênero”, bem como dos esforços narrativos visando uma “re-naturalização” do corpo, do sexo e do desejo. Tais esforços se embasam em leituras e interpretações de textos religiosos ora precárias, ora francamente interessadas, e visam disseminar um preconceito reativo contra conquistas importantes das mulheres e da população LGBTI (CESAR; DUARTE, 2017. p.144).

No estado de Alagoas, a menção à discussão de gênero foi retirada do Plano Estadual de Educação em 2015. Em 2016, foi aprovado na Câmara de Vereadores de Teresina, o Projeto de Lei nº 20/2016 que proíbe o debate sobre as questões de gênero nas escolas de educação básica da rede municipal. A referida lei menciona que:

Fica proibida a distribuição, utilização, exposição, apresentação, recomendação, indicação e divulgação de livros, publicações, projetos, palestras, folders, cartazes, filmes, vídeos, faixas ou qualquer tipo de material, lúdico, didático ou paradidático, físico ou digital contendo manifestação da ideologia de gênero nos estabelecimentos de ensino público municipal da cidade de Teresina (PL nº 20/2016, p.1).

Percebe-se que a questão de gênero tem sido uma temática duramente combatida pelos defensores deste movimento. Obviamente, a proibição aos docentes de abordar a temática de gênero na sala de aula contribuirá ainda mais para a normatização de estereótipos de feminilidade e masculinidade, reforçando o sexismo, a hierarquização entre os sexos e atitudes preconceituosas, especialmente numa sociedade na qual presenciamos, cotidianamente, o aumento do machismo, a violência contra as mulheres¹⁰ e crimes de ódio contra homossexuais¹¹.

Nota-se que, cada vez mais a prática docente tem sofrido interferência de indivíduos que não entendem das políticas públicas educacionais, assim como os fundamentos mínimos das teorias do fenômeno educação. A construção de propostas pedagógicas inovadoras, relacionadas à mudança social tem encontrado resistência dos setores conservadores e reacionários da nossa sociedade.

¹⁰ O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio. Uma mulher é morta a cada duas horas vítimas de violência

¹¹ Disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2019/01/25/alagoas-e-o-estado-mais-perigoso-para-populacalgbt/>>
Acesso em: 20/03/2019.

Entretanto, em contraposição às ideias do ESP, temos o renomado educador Paulo Freire que, em vida, foi contra a educação para a domesticação e alienação. Ou seja, Freire defendia uma educação para a libertação e emancipação do ser humano. O educador brasileiro era a favor de uma educação fundamentada na dialogicidade; segundo ele, tanto o professor, quanto os educandos tem algo a aprender. Assim, a aprendizagem se dá a partir das relações interpessoais que vão sendo construídas na troca de conhecimentos entre os sujeitos.

Para Freire, o(a) professor(a) a favor de uma educação crítica deve ter um exercício diário de reflexão diante do mundo, provocando a curiosidade e a autonomia nos estudantes. Ainda segundo o autor “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (FREIRE, 1996, p.13). Logo, somente o(a) docente, imbuído de um olhar crítico sobre a realidade, é capaz de fazer com que seus estudantes conquistem formas críticas de pensar, qualificando-os para o debate, para o confronto de ideias e para o não conformismo acerca das questões da sociedade na qual vivemos.

Freire (1996) critica a impossibilidade da neutralidade do professor diante da realidade social. Para ele, o educador é um agente de transformação, assim, não é possível falar em neutralidade da docência. O(a) professor(a) como intelectual transformador deve tornar a prática pedagógica mais política, a fim de favorecer o desenvolvimento de uma educação a serviço de uma sociedade democrática (FREIRE, 1996).

Freire (1996) apregoava, também, uma educação que conferisse ao ser humano a capacidade de problematizar sua realidade, uma prática educativa voltada à construção da autonomia e da liberdade dos educandos. Uma educação libertadora que contribuísse na formação de sujeitos críticos, éticos e livres. A partir das contribuições de Freire, percebe-se que educação se configura como um ato político, pois visa formar um tipo de sujeito específico: um ser humano autônomo, crítico e reflexivo diante da realidade.

Após as considerações supracitadas, fica evidente que, nestes tempos sombrios, as ideias do grande educador Paulo Freire tornam-se mais relevantes e necessárias do que nunca.

3. A Direita e o Movimento Escola Sem Partido

Compreender os princípios que fundamentam o Escola Sem Partido é importante para desvelar o que se esconde por trás deste movimento e suas intencionalidades. O movimento em questão se baseia em ideias de um programa mais amplo, cujos alvos são os conteúdos das escolas públicas e a criminalização dos docentes. Segundo Apple e Oliver (2002), nos EUA, os conservadores têm formados organizações nacionais para lutar contra o conhecimento oficial das escolas. Uma das principais representantes é chamado de *No Indocrination*, que se utiliza de um suposto apartidarismo para questionar os posicionamentos dos professores em sala de aula.

É dos EUA que também vem as ideias do movimento de grupos cristãos intitulado Creation Studies Institute (CSI), que combatem, nas escolas públicas americana, temas relacionados à teoria da evolução, questão de gênero e multiculturalismo. Nas palavras de Apple e Oliver (2002),

[...] os grupos religiosos fundamentalistas, os populistas, os autoritários, os neoliberais, os neoconservadores e uma fração particular da nova classe média encontraram, todos, um lugar sob o guarda-chuva ideológico fornecido pelas amplas tendências de direita (APPLE; OLIVER, 2002, p. 274).

Assim como nos EUA, identificamos, aqui no Brasil, a aderência ao Escola Sem Partido tanto de setores conservadores quanto de liberais. Atualmente, quem está dominando as pautas no cenário político são os setores ultraconservadores ligados a setores evangélicos e também a defensores da ditadura militar. A cada nova eleição, esses grupos elegem um grande número de representantes e, conseqüentemente, o discurso conservador e reacionário tem povoado a agenda desses políticos e conquistado adeptos na sociedade. Ademais, de acordo com Abreu e Alegretti (2016), os meios de comunicação têm contribuído para a propagação da ideologia defendida pelos extremistas. De acordo com os autores,

A expansiva atuação da nova direita nas redes sociais, além de provocar a emergência de líderes extremistas, também propiciou o crescimento de um intenso movimento virtual a favor da redução da maioria penal, contra o estatuto do desarmamento, contra os direitos das minorias sociais, contra as políticas de ação afirmativa e de renda mínima do governo federal [...]. (ABREU; ALEGRETTI, 2016, p. 91).

Para Miguel (2016, 2016, p. 3) “Os discursos reacionários provêm, no caso brasileiro, de uma conjugação heteróclita entre o ‘libertarianismo’, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo”. Além desse conjunto heteróclita apresentado por Miguel (2016), a influência na política brasileira da denominada “bancada evangélica”, em especial nas instâncias deliberativas do país, tem conseguido barrar/vetar projetos. Ainda segundo Miguel (2016),

ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que fortalece a todos (MIGUEL, 2016, p.4).

Além de tudo, de acordo com Algebaile (2016) entre os principais temas que tem sofrido interferência dos mais conservadores estão as questões de gênero, orientação sexual e as novas constituições familiares. Tudo isso, pautado sobre o discurso da defesa dos costumes, da moralidade e de uma família, supostamente, “tradicional”. Com isso, a onda conservadora ganha a cada dia mais força numa sociedade na qual

os posicionamentos radicais sobre “ideologia de gênero” são apenas uma das facetas de um cenário conservador que vem ganhando espaço na sociedade brasileira, com manifestações como a “Marcha das famílias contra o comunismo” e outras pedindo “os militares novamente no poder”, sem falar do reflexo dessa conjuntura no Congresso Nacional, a exemplo da “Bancada BBB” – Bala, Bíblia e Boi, ou seja, parlamentares ligados à indústria de armas, militares, religiões e interesses econômicos, com pouco ou nenhum comprometimento com as pautas sociais, inclusive a educação pública de qualidade (REIS, 2016, p.119).

Posto isto, a influência das entidades religiosas e setores conservadores no Congresso Nacional e nas câmaras municipais representam o que há de mais perigoso na nossa já frágil “democracia”. Desta forma, não podemos esquecer que foi o crescimento da direita e o apoio dos evangélicos que permitiu a ascensão e eleição do atual presidente do Brasil. Representante este que, com sua agenda política conservadora, sempre se mostrou contra os direitos sociais, trabalhistas e humanos; além de ir de encontro ao estatuto de desarmamento, dos direitos das

minorias e das políticas sociais conquistadas nos últimos anos. Assim sendo, concordo com Mariano e Gerardi (2019) ao argumentarem que:

Líderes evangélicos apoiaram Bolsonaro, acima de tudo, por considerá-lo representante legítimo de seus valores e capaz de derrotar o inimigo petista e os perigos que lhe atribuíam: implantar o comunismo, perseguir os cristãos, abolir o direito dos pais de educar os filhos, reorientar a sexualidade das crianças, destruir a família (MARIANO; GERARDI, 2019, p. 69).

A fala acima nos leva a enxergar com mais clareza a atual conjuntura do país, pois, como já podemos constatar, quando os políticos eleitos legitimam o discurso de ódio e a intolerância contra as minorias e os direitos sociais, nos deparamos com pessoas que se veem autorizadas a fazer o mesmo. Por esse motivo, tais ideias têm ganhando tanto apoio. Como ratifica Ferreira (2016):

Esses projetos conservadores não teriam força se não refletissem o pensamento comum, aquele que é buscado para explicar, de forma mais imediata e rudimentar possível, as situações complexas que não são facilmente compreendidas. Tal pensamento é próprio da vida cotidiana, espaço cujas características comuns (dentre elas os sistemas de repetição, normatividade, linguagem e sistemas de signos, de usos e de hábitos) são propriamente constituintes da forma e do conteúdo do pensamento do sujeito particular. O conservadorismo se enraíza nesse espaço para se reproduzir largamente, porque o cotidiano possibilita que suas ideias se misturem às narrativas progressistas sem causar o constrangimento da necessidade de uma análise crítica e de uma coesão e unidade (FERREIRA, 2016, p. 169).

Após reflexão acerca das palavras de Ferreira (2016), corroboramos com a afirmação de Souza e Oliveira (2017, p. 125) quando expõem que “a direita saiu do armário, literalmente. Presenciamos o avanço do irracionalismo na educação”. Em síntese, são as escolas públicas o principal alvo dos reacionários e dos conservadores, entre eles os simpatizantes do Escola Sem Partido.

Para Frigotto (2016, p. 1) “Os arautos e mentores da “Escola Sem Partido” avançam num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde”. Ainda segundo o estudioso,

[...] trata-se da defesa, por arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto,

da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc. Um partido, portanto, que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia liberal, mesmo que nos seus marcos limitados e mais formais que reais (FRIGOTTO, 2016, p. 2).

Ademais, em um Estado Laico – neste caso o Brasil -, há de se questionar até que ponto a mistura de política e religião pode se converter num aspecto prejudicial para a sociedade. Com o crescimento e influência da bancada evangélica na política nacional, não estamos longe do estabelecimento de um regime teocrático.

4. Repercussões do Escola Sem Partido na prática escolar

Pensar o Escola Sem Partido é, antes de tudo, pensar na ideologia que o fundamenta, assim como nas instâncias e interesses envolvidos. As propostas deste movimento estão claramente em consonância com a lógica neoliberal. Freitas e Baldan (2017, p. 6) afirmam que “é possível identificar o Escola Sem Partido com a ideologia neoliberal e neoconservadora, em especial quando se investigam as condutas e áreas de atuação dos líderes do movimento e os agentes político-partidários que propõem os projetos de lei”. O próprio idealizador desse movimento, o advogado Miguel Nagib, é vinculado ao Instituto Millenium, instituto formado por intelectuais e empresários que defendem as ideais neoliberais de mercado. Como aponta Giroto (2016):

[...] é preciso compreender o lugar do Escola Sem Partido em um contexto mais amplo de construção de uma escola do pensamento único, pautada nos pressupostos de uma certa racionalidade técnica e gerencial, que tem ganhado força e destaque nas últimas décadas no país, estando presente em inúmeras políticas educacionais postas em prática. Tal concepção de educação e escola tem como uma das finalidades atender aos interesses de diferentes grupos, principalmente empresariais, que enxergam na educação amplas oportunidades de ganhos econômicos (GIROTO, 2016, p.70).

Na lógica neoliberal, a instituição escolar visa apenas uma educação tecnicista, que se fundamenta nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Para Manhas (2016, p. 18) “Os teóricos do Escola Sem Partido advogam a neutralidade e se dizem não partidários. No entanto, suas intenções são claras: a retroação dos avanços que tivemos nos últimos tempos, especialmente com relação aos direitos humanos”. Isso demonstra o interesse desses indivíduos. De acordo com Caldas:

[...] os membros e defensores do ESP propõem um projeto de escolarização voltado apenas para a transmissão de conhecimentos instrumentais para a sociedade existente, sem problematizar os valores naturalizados dessa mesma sociedade e sem discutir a realidade política e moral vivida pelos alunos, alicerçado na ideia de que a função da escola e o papel do professor são apenas ensinar e instruir a matéria aos alunos e não educar (CALDAS, 2018, p.5).

Dessa forma, não é preciso uma escola que desenvolva uma formação sistemática, ampla e profunda, tendo como base os conhecimentos socialmente significativos produzidos e acumulados pela humanidade. O que o Escola Sem

Partido defende, é um ensino técnico e estéril, que visa a submissão da classe mais pobre. Sobre isto, Ferreira e Filho (2018) afirmam que:

O movimento está ligado a uma agenda multifacetada de propostas políticas que impede o acesso da juventude brasileira não apenas a frações do conhecimento, mas ao próprio conhecimento e ao fazer científico, seja pela intenção de incentivar o impedimento formal da abordagem de determinadas questões no âmbito pedagógico, seja pela falta de oferta curricular que privilegia determinados saberes em detrimento de outros (FERREIRA; FILHO, 2018, p.250).

Para Cunha (2016, p. 2), o ESP e outros movimentos conservadores “configuram um projeto de educação reacionária, entendida aqui como a que se opõe às mudanças sociais em curso e se esforça para restabelecer situações ultrapassadas”. Logo, é por meio de ideias conservadoras que a classe dominante objetiva manter seus privilégios, impedindo a emancipação crítica e política da classe trabalhadora. Para Freitas (2017),

Certamente são as mesmas forças sociais conservadoras que propõem essas medidas e projetos. Para elas, tudo que favorece a permanência inalterada da realidade é bem-vindo, pois é esse seu objetivo e o que as une. Isso é confirmado pelo fato de que os proponentes de todos esses projetos muito superficialmente ou de maneira nenhuma estão ligados ao campo da Educação e menos ainda estão comprometidos com a ideia de formação humana que promova emancipação (FREITAS, 2017, p. 3).

Dessarte, no contexto histórico em que vivemos regidos pela ideologia capitalista, a ala conservadora e religiosa que apoia o Escola Sem Partido, reconhece a potencialidade da educação como instrumento de emancipação e transformação social, e, por esse motivo, não possui interesse em investir numa educação escolar pública de qualidade. Afinal, como sabemos, a educação pode servir como um poderoso instrumento nas mãos da classe dominante. Em outras palavras, os adeptos deste movimento defendem uma educação alienante e que perpetue os valores do modo de produção capitalista, pautado na exploração do homem sobre o homem. Neste sentido,

[...] a escola do pensamento único, do controle ideológico, da difusão dos interesses de um grupo específico e de sua visão de mundo, do combate à pluralidade multiplicidade de experiências, ao diálogo e à partilha tem sido o objetivo dos grupos empresariais que avançam sobre a educação (GIROTTI, 2016, p.73).

Como podemos observar, além dos inúmeros desafios para a realização da prática docente, tais como baixos salários, condições precárias de trabalho, desvalorização e desprestígio profissional, os defensores do ESP estabelecem procedimentos de vigilância, controle e criminalização dos educadores. Para Penna (2016), o discurso do Escola Sem partido tem por objetivo desqualificar o professor, afirmando que nenhum pai deve confiar neste profissional.

Quando nós estamos falando sobre uma lógica de desqualificação do professor, ela se aproxima muito de uma lógica que poderíamos chamar de uma lógica de mercado, que consiste em pensar a educação como uma relação entre alguém que está prestando um serviço e um consumidor (PENNA, 2016, p. 39).

Para Frigotto (2016, p.31) “O que propugna o Escola Sem Partido não liquida somente a função docente, no que define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores”. Isto posto, não resta dúvidas de que este movimento visa, literalmente, amordaçar a escola e censurar a pluralidade de ideias e o pensamento crítico-reflexivo em sala de aula.

[...] o ESP estimula explicitamente o denunciamento, o controle, a insegurança e o cultivo a valores nocivos pedagogicamente que em nada contribuem para a construção de um ambiente saudável, de confiança e diálogo. Trata-se da aposta na instauração de uma ordem por meio de ameaças, da imposição do medo e da fertilização do discurso de ódio. Em vez da harmonia, coesão e produção de conhecimento, instiga alunos e pais ao papel de delatores (FERREIRA e FILHO, 2018, p. 254).

Para os simpatizantes do Escola Sem Partido, o professor é visto como uma figura altamente perigosa e deturpadora. O que este movimento propõe é nada menos que o cerceamento da liberdade de expressão e criticidade do docente. Como se não bastassem as dificuldades vividas pelos professores em nosso país, em que muitas vezes estes profissionais sofrem agressão verbal e física, querem transformar a sala de aula em um ambiente de intimidação e denuncia, onde os estudantes são fiscais da prática docente. De acordo com a visão deturpada – e muito má intencionada - acerca dos professores brasileiros, Cara (2016) nos esclarece que os projetos de lei do Escola Sem Partido

(...) se baseiam na acusação de que há uma doutrinação moral e ideológica de esquerda nas escolas brasileiras. Diante disso, os professores devem

ser vigiados e controlados no exercício de sua profissão, por meio da imposição de limites à liberdade de cátedra – um dos pilares fundamentais do magistério (CARA, 2016, p. 44).

Tal comportamento de denunciamento é incentivado, por exemplo, pela recém-eleita Deputada Estadual pelo PSL de Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo. Defensora do Escola Sem Partido, a deputada incita os alunos a filmar e denunciar os professores, considerados como “doutrinadores”. A deputada tem ganhado bastante destaque na mídia pelas suas declarações¹², e encontrado apoio nos setores mais conservadores. Sobre a cultura de delação incitada pela deputada e outros políticos, Gadotti (2016) afirma que:

A delação virou sinônimo de virtude. E é premiada. Fazem a população acreditar que é para o bem do país. Estimulam pais, familiares, alunos a entregar seus professores, impedindo uma ação crucial no processo educacional que é a problematização da realidade. Eis o que se quer instituir na escola: uma cultura da delação. Delate seu colega, delate seu professor; você estará contribuindo para a escola cumprir o seu papel. Como se escola não fosse lugar de conflitos, de liberdade de expressão, do exercício da convivência e do respeito ao diferente (GADOTTI, 2016, p. 151).

O fato é que, o Escola Sem Partido, representa um enorme retrocesso em relação à prática docente e a formação do pensamento crítico nas escolas públicas. Contudo, não são apenas os professores que estão ameaçados com as ideias deste movimento. A influência de setores conservadores nas instâncias deliberativas do país ameaça também o currículo escolar e, conseqüentemente, os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade.

Atrelado a outras propostas polêmicas para a Educação, o Escola Sem Partido opera na desconstrução das ideias de democracia e justiça social; as ideologias propostas por ele têm sido construídas ao longo de uma década, por seus protagonistas, na grande mídia e, com isso, tem se consolidado um discurso de invalidação do conhecimento científico e de perseguição a perspectivas históricas e políticas distintas. A tentativa de inviabilizar, ao mesmo tempo, a produção e a socialização de conhecimento para uma educação antirracista e o objetivo de minar toda e qualquer possibilidade dessa discussão é, mais uma vez, uma tentativa de silenciamento e de perseguição, colocada pelo Escola Sem Partido, por via da judicialização da ação docente, dos poucos profissionais que operam para a reflexão sobre as injustiças sociais de modo a desvelar a história oficial para ouvir seus agentes silenciados (FREITAS; BALDAN, 2017, p. 3-4).

¹² Disponível em : <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/02/17/caroline-campagnolo-o-feminismo-e-uma-ameaca-a-civilizacao-ocidental.htm>> Acesso em: 20 mar 2019.

Dessa maneira, o pensamento anticientífico está em crescimento no nosso país e tem encontrado muitos adeptos. Recentemente, por exemplo, tivemos uma pastora evangélica a poucos passos de assumir a Secretaria Executiva do Ministério da Educação (posição considerada a “número 2” do órgão); a pastora em questão defende um currículo escolar baseado na Bíblia, e não na ciência. Além de tudo que foi explanado até o presente momento, é importante salientar que o MEC parece ser a pasta mais cobiçada do governo, sendo alvo de disputa entre os militares e a bancada evangélica.

De mais a mais, com as considerações elencadas nestes poucos parágrafos acerca do atual (des)governo, podemos comprovar que o país está mergulhando no obscurantismo e fundamentalismo religioso. Em busca de negar o caráter político da educação, a parcela conservadora da sociedade defende muito claramente uma posição política comprometida socialmente com um projeto societário neoliberal. Dessa forma, A fim de nos esclarecer um pouco mais sobre o ESP, Gadotti (2016) explica que se trata de

(...) um movimento em favor da privatização da educação. Primeiro se desqualifica a escola pública e, depois, se propõe “recuperar” essa escola por meio da gestão privada da escola pública ou por meio dos critérios privados de institutos e fundações empresariais. O Escola Sem Partido é apenas mais uma tentativa de destruir a Escola Democrática, a Escola Cidadã, uma conquista da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (GADOTTI, 2016, p. 153).

Para Caldas (2018), o que está em disputa não são apenas projetos de escolarização e de educação, mas também projetos de sociedade. Sendo assim, tais ideias querem formar um determinado modelo de homem, ou seja, um indivíduo alienado e conformista. Segundo Gadotti (2016, p. 153), o que os adeptos deste movimento anseiam é uma “escola sem pluralidade, sem liberdade, sem diversidade, sem inclusão, sem democracia, uma escola que segrega, que discrimina, que reprime”. Ainda segundo o autor,

A estratégia do Escola Sem Partido é tipicamente fascista: intimidar e criar o medo entre os professores para alcançar seus fins e objetivos ideológicos. O objetivo desse movimento é silenciar vozes, criminalizando o trabalho docente; é perseguir, demitir e até prender docentes que defendem uma visão de mundo contrária ao status quo e colocar a educação a serviço dos interesses do mercado (GADOTTI, 2016, p.153).

Cara (2016) exemplifica ainda que:

Se as escolas atuais já não cumprem com as finalidades da educação, rebaixá-las por meio da vigência do Escola Sem Partido deixará o Brasil ainda mais distante de seu compromisso constitucional de consagrar o direito à educação de qualidade. Definitivamente, não é pelo caminho da mediocridade e do obscurantismo que as escolas melhorarão (CARA, 2016, p. 47).

Indiscutivelmente, sabemos da importância da escola como local responsável em transmitir e socializar o saber produzido pela humanidade ao longo dos tempos. Porém, estamos num momento de desmonte da educação pública, no qual o (des)governo tem cortado investimentos da educação básica e do ensino superior.

O desmerecimento do conhecimento científico produzido nas universidades, só demonstra o retrocesso educacional, político e social que está em curso no nosso país. Décadas e décadas de estudos e pesquisas em prol de uma educação crítica e emancipatória estão sendo questionadas e falseadas¹³. Caso aprovados determinados projetos de lei baseado no Escola Sem Partido, a sociedade brasileira poderá, de modo geral, retroceder de maneira quase que incalculável. Cara (2017) nos alerta que:

Se os projetos de lei vingarem, o Brasil estabelecerá um paradoxo: sob a vigência do Escola Sem Partido emergirá uma escola sem voz, sem liberdade, sem divergências, sem cidadania, sem questionamento, sem reflexão, sem política, sem economia, sem artes, sem apropriação de cultura, ou seja, uma escola sem educação! (CARA, 2016, p. 47).

Em suma, estamos atravessando um período de grande crise moral e ideológica. Ideias que antes eram consideradas absurdas estão ganhando bastante força e adeptos. Cada vez mais, o pensamento conservador, arcaico e retrógrado tem ganhado espaço na nossa sociedade. E o principal alvo é a escola pública, a principal possibilidade de acesso da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente construído; uma das poucas, se não única, instituições que pode contribuir para o processo de emancipação social do sujeito.

¹³ O atual presidente e seus ministros estão empenhados em distorcer fatos históricos, ao tentar associar o Nazismo como um movimento de Esquerda e que a Ditadura militar não foi um golpe de Estado.

5. Considerações finais

Vivemos um momento conturbado no Brasil, em que o livre pensar, a crítica e a liberdade de expressão estão sob ameaça. O Movimento Escola Sem Partido e os projetos de lei que dele advém é o princípio de uma educação alienante para o acobertamento e a naturalização das desigualdades sociais. Embasado em teorias neoliberais, os defensores deste movimento almejam que as escolas públicas operem dentro de um padrão de racionalidade empresarial. Mas não é só isso, entre os integrantes e apoiadores do ESP, há também os que defendem a presença de teorias anticientíficas e das escrituras sagradas no currículo escolar.

Sejam os defensores da ótica neoliberal, sejam os religiosos, o que ambas as partes querem é a manutenção do *status quo*, o que pode provocar um grande atraso no desenvolvimento social, forçando a permanência em um estágio cultural arcaico, no qual as questões étnicas, de gênero e de pluralidade religiosa sejam ocultadas. Com isso, a escola pública em vez de ser um espaço de formação de indivíduos críticos, criativos e reflexivos, pode se tornar um ambiente de passividade, acomodação e alienação.

É importante destacar que, no meio desse caos que nos cerca, há resistência ao ESP no campo da política, sociedade civil e entre os professores da educação básica e superior. Ademais, vários trabalhos acadêmicos vêm sendo produzidos com intuito de criticar tal movimento e revelar a verdadeira intenção por trás dos seus idealizadores. Sendo assim, trata-se de uma batalha de ideias (de um lado, as ideias dos conservadores, do outro, o pensamento progressista) entre aqueles comprometidos com a democracia e aqueles que não visam, de fato, melhorias dentro da sociedade.

Em resumo, não podemos negar que a aprovação dos projetos de lei baseados no Escola Sem Partido trará impactos na autonomia do fazer pedagógico de todos os docentes comprometidos com uma educação realmente emancipadora. Esses projetos, além da desvalorização social, precárias condições de trabalho e péssimos salários, trarão às instituições de ensino a sensação de medo e perseguição, aspectos inaceitáveis dentro do âmbito escolar.

Por fim, diante das reflexões ao longo do texto, podemos concluir que esse clima de censura, denunciamento e perseguição exaltados pelos simpatizantes do

Escola Sem Partido afetará não apenas os professores, mas também o currículo das escolas públicas. Acarretará, sem dúvidas, na criminalização dos docentes e, conseqüentemente, no engessamento do pensamento crítico do educando, trazendo de volta um ensino com bases tecnicista e acrítico às escolas públicas brasileiras.

Referências

ABREU, J. M. e ALLEGRETTI, G. Comportamento político violento e avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política. Uberlândia: V. 6, n. 2, 2016.

ALAGOAS. Lei n. 7800, de 5 de maio de 2016. Institui no âmbito do sistema estadual de ensino, o Programa “Escola Livre”.

ALGEBAILLE, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

APPLE, M. W.; OLIVER, A. Indo para a direita: a educação e a formação de movimentos conservadores. *In*: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da Exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2002.

BALIEIRO, F. F. “**Não se meta com meus filhos**”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. Cadernos Pagu. 2018.

CALDAS, R. R. **Narrativas em movimento – Da “Escola sem Partido” à “Escola Democrática: História pública e trajetórias docentes**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2244.pdf> Acesso em: 20 mar. 2019.

CARA, D. O Programa “Escola sem Partido” quer uma escola sem Educação. *In*: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). — São Paulo: Ação Educativa, 2016.

CESAR, M. R. A.; DUARTE, A. M. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em revista**, Curitiba, n. 66, p. 141-155. 2017. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000400141&lng=en&nrm=iso. Acesso 05 abr. 2019.

CUNHA, L. A. **O projeto reacionário na educação**. 2016. Disponível em: http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd_livro.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

ESPINOSA, B. R. S.; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FERREIRA, W.; FILHO, A. A. Escola sem Partido e a visão distorcida de educação. **LexCult**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 244-261 set./dez. 2018.

FERREIRA, G. G. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, 20 (36), 166-178. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, N. A. Escola sem Partido como instrumento de falsa formação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais** Janeiro - Junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1.

FREITAS, N. A.; BALDAN, M. Dossiê Escola Sem Partido e formação humana. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Janeiro - Junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1 ISSN: 1807-6971.

FRIGOTTO, G. **Escola Sem Partido**: imposição da mordaca aos educadores. 2016. Disponível em: <<http://cpers.com.br/escola-sem-partido-imposicao-da-mordaca--aos-educadores/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FRIGOTTO, G. **A gênese das teses do Escola sem Partido**: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.), 2017.

GADOTTI, M. A escola cidadã frente ao “Escola sem Partido”. *In*: **A ideologia do movimento Escola sem partido**: 20 autores desmontam o discurso. / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). — São Paulo : Ação Educativa, 2016.

GIROTTI, E. Um ponto na rede: o “Escola sem Partido” no contexto da escola do pensamento único. *In*: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores

desmontam o discurso / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). — São Paulo: Ação Educativa, 2016.

MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “Escola sem Partido”. In: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.)**. — São Paulo : Ação Educativa, 2016.

MARIANO, R.; GERARDI, D. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, (120), 61-76. 2019.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”- Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

REIS, T. Gênero e LGBTfobia na educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017

SOUZA, R. F.; OLIVEIRA, T. F. A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem partido”: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.